

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 30ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a homenagear as entidades que representam os surdos pelo Dia Mundial da Língua de Sinais e pelo Dia Nacional do Surdo

1.2 – Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

3.1 – Comissões

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 – ERRATAS



ATA DA 30ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/9/2019

Presidência do Deputado Zé Guilherme

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Palavras da Sra. Rita de Castro Engler – Palavras do Deputado Professor Irineu – Palavras do Presidente – Palavras do Deputado Federal Marcelo Aro – Entrega de Placas – Palavras da Sra. Diana Sazano de Souza Kyoen – Palavras da Sra. Laís Cristiane Monteiro Drumond – Palavras do Sr. Luis Renato Braga Arêas Pinheiro – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Professor Irineu – Zé Guilherme.

Abertura

O presidente (deputado Zé Guilherme) – Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear as entidades que representam os surdos pelo Dia Mundial da Língua de Sinais e pelo Dia Nacional do Surdo.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Diana Sazano de Souza Kyoen, presidente da Federação Mineira Desportiva dos Surdos e da Congregação dos Deficientes Auditivos de BH; e Laís Cristiane Monteiro Drumond, coordenadora do Setor Social da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; os Exmos. Srs. deputado federal Marcelo Aro; defensor público Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, representando a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais; e Wesley Barbosa, coordenador Especial de Apoio e Assistência da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; a Exma. Sra. Rita de Castro Engler, coordenadora do Centro de Estudos em Design e Tecnologia da Uemg; e o Exmo. Sr. deputado Professor Irineu.

Antes de darmos início à homenagem, gostaríamos de convidar a todos a conhecer o movimento Sou Minas Demais. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais acredita que o nosso estado é maior que qualquer crise e, por isso, está promovendo ações para a retomada do desenvolvimento, agindo em sua defesa e dos mineiros. Sabemos que é preciso ouvir o cidadão e mobilizar as forças presentes na sociedade para que a mudança aconteça. O Sou Minas Demais é uma oportunidade para nos lembrar da nossa história, celebrar novas conquistas e valorizar a nossa identidade, apresentando pessoas que contribuem para o nosso estado em diversos campos de atuação.

Convidamos a todos para assistir ao vídeo-manifesto da campanha e juntarem-se a nós nesse movimento.

– Procede-se à execução do vídeo.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, acompanhar a execução do Hino Nacional, que será interpretado em libras por alunos surdos da Escola Estadual Francisco Sales.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo sobre a mobilização feita na Assembleia pelo deputado Zé Guilherme em prol dos surdos e da língua de sinais.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor – Com a palavra, o deputado Zé Guilherme, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Presidente

Gostaria de cumprimentar a presidente da Federação Mineira Desportiva dos Surdos e da Congregação dos Deficientes Auditivos de BH, Diana Sazano de Souza Kyoen; a Sra. coordenadora do Setor Social da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, Laís Cristiane Monteiro Drumond; o Exmo. Sr. deputado Professor Irineu, meu caro colega; o Exmo. Sr. Defensor Público, Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, representando a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais; e a Sra. coordenadora do Centro de Estudos em Design e Tecnologia da Uemg, Rita de Castro Engler.

É com muita alegria que nós estamos aqui hoje fazendo essa comemoração, numa data festiva. O que tenho dito sempre na Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência, dando visibilidade a essas causas, é que a sociedade tem de enxergar isto: crianças lindas na Escola Francisco Sales, em um trabalho primordial dos professores, dos funcionários da Casa. Ontem mesmo estive lá na casa, estive na escola. É de suma importância esse trabalho de conscientização não só das políticas públicas do Estado, como também da sociedade civil organizada. É necessário que a sociedade enxergue tudo isso que está acontecendo no nosso Estado de Minas Gerais.

Primeiro, como é uma coisa mais íntima nossa, apesar de ser uma reunião solene, gostaria de dar a palavra, para se manifestar, à Sra. coordenadora do Centro de Estudos em Design em Tecnologia da Uemg, Rita de Castro Engler. Por favor.

Palavras da Sra. Rita de Castro Engler

Boa tarde! Meu nome é Rita, mas o meu sinal é este aqui. Está bom? OK. É um grande prazer estar aqui hoje com vocês. Sou coordenadora do Centro de Estudos em Design e Tecnologia. Antes de eu começar a falar, quero primeiro parabenizar o deputado Zé Guilherme por esta iniciativa. Acho superimportante a gente trabalhar com a causa da inclusão já há algum tempo.

O meu filho, deputado Bruno Engler, não pôde estar aqui hoje. Ele queria também parabenizar todos os senhores. Infelizmente, por um problema de agenda, ele já tinha outra coisa agendada, não deu para ele estar aqui. Mas a mãe está aqui. A mãe trabalha muito também. Então está bom.

Queria começar falando para vocês da importância do Dia do Surdo, da importância da inclusão para todo mundo. Vocês já são 5% da população. Então, não é um número do qual podemos falar: “Vamos deixar para lá”. Não podemos deixar para lá, porque é muita gente, e gente que precisa ser vista e ouvida. Acho que o maior problema do surdo é que a gente não o reconhece, não é? Quando uma pessoa tem uma outra deficiência a gente vê. Mas, e o surdo, como é que sabemos que a pessoa é surda? Não tem como saber. Ninguém sai com uma plaquinha na testa escrito: “Olha, eu sou surdo. Eu não escuto, não. Se quiser falar comigo, vai ter que me cutucar, vai ter que me chamar a atenção de outra maneira”.

Eu trabalho com surdos há alguns anos e comecei com um projeto de um aluno meu, há sete anos, que queria criar alguma coisa de uma tecnologia muito específica para os surdos. Eu fui fazer um pós-doutorado em design inclusivo no Canadá. Lá, eu tinha uma colega que era surda, que ainda estava fazendo o doutorado dela, e ela resolveu me ensinar ASL, que é a linguagem dos surdos americana. E ela disse: “Eu não vou te ensinar minha língua, eu vou te ensinar minha cultura, porque, para você aprender a minha língua, você tem que aprender a minha cultura”. Aí eu perguntei: “Escuta, a gente estava fazendo um projeto, a gente quer... Agora, no Brasil, fizeram uma lei e estão querendo acabar com as escolas bilíngues, estão querendo incluir as crianças simplesmente jogando-as dentro das escolas normais, e a gente sabe que não é assim. O simples fato de ter uma intérprete dentro da sala de aula não permite ao aluno conseguir ficar junto com todo mundo, porque, por exemplo, na hora do recreio, a intérprete também foi tomar café, e o menino está sozinho no pátio. Como ele vai brincar com as outras crianças, como ele vai interagir, como ele vai entender o que está acontecendo à volta dele? Quando você era criança e estava na escola, o que você queria, se você fosse o Harry Potter, se tivesse uma varinha de condão, o que você iria criar para poder te ajudar a aprender?”. Ela olhou muito séria para mim e disse: “Eu queria que todo mundo falasse a minha língua. Por que vocês querem que eu fale a de vocês?”. E eu falei que ela estava coberta de razão. Os ouvintes não têm dificuldade física nenhuma para aprender Libras, enquanto para os surdos serem oralizados, nem sempre isso é possível.

Então, a gente começou a trabalhar uma fórmula. A nossa ideia é tentar oralizar; oralizar, não, é tentar ensinar Libras para os ouvintes. Não são os surdos que têm que se adaptar. Somos nós que temos que aprender a língua deles. A frase mais certa que já ouvi sobre surdos, na minha vida, é que o surdo é um estrangeiro dentro do seu próprio país, porque ninguém fala a língua dele. Todo mundo só fala português. Então, o que a gente fez? A gente criou um joguinho que está aqui. A Vivi, esta menininha ruivinha que está sentada aqui, nesta primeira cadeira, está com ele ali para quem quiser ver, depois, com calma, brincar e saber direitinho como é, ela tem o cartão e tudo. A gente criou um jogo que é basicamente como se fosse um baralho. É um jogo de pares de cartas, e as cartas têm o nome da coisa, o símbolo do que a gente quer representar e o símbolo em Libras. Então, por exemplo, se você quer falar árvore, então você vai tirar lá, está escrito árvore e tem o símbolo da árvore. Você quer falar banana, tem lá o símbolo da banana. Então a gente tem diversos símbolos e, jogando com as crianças, quando a gente joga como jogo da memória ou pescaria, qualquer jogo de pares de cartas você pode fazer. Aí, a criança, para ganhar o par, não basta achá-lo, geralmente ela tem que fazer o sinal. A gente viu que não eram só as crianças, mas que havia muitos adultos que se interessavam também.

Então, hoje em dia, a Fundação do Banco do Brasil... Fomos premiados em 2015 como uma tecnologia especial. E a nossa ideia é espalhar isso o máximo possível. Não é? A gente, sempre que é convidada, vai e faz librares diferentes, e o nosso símbolo é este aqui, que é o L de Libras, e o jogo, o movimento do jogo, porque é um joguinho. Este é o símbolo do librário. O que a gente quer com isso é levar a Libras para os ouvintes, para que realmente haja inclusão, porque a inclusão não é simplesmente as pessoas se adaptarem. Nós também temos que nos adaptar. Então, quando uma pessoa chega a um lugar, e as outras pessoas a recebem com a língua dela, que é a Libras, sem a forçar a falar a segunda língua, ela é muito mais bem recebida.

Hoje, estou especialmente satisfeita, porque, ontem, fizemos um evento na Uemg para comemorar o Dia dos Surdos, e a maior parte das pessoas da plateia era surda. Então, é legal, porque a comunidade reconhece o nosso trabalho, reconhece que estamos tentando ajudar e está vindo nos prestigiar. Ontem, acho que vocês devem ter tido a oportunidade de ver, mas, às 17h30min, no Palácio do Planalto, o presidente Bolsonaro, como sempre, dando força para as mulheres e para as minorias, deixou que a mulher dele fizesse o discurso, e ela o fez em Libras, e muito bem. E lançou o projeto Libras Gov. E eu que acho que, de repente, joguinhos como esse vão poder ajudar muito, se a gente puder criá-los, então, porque justamente eles querem aumentar o vocabulário de Libras e deixar isso mais acessível para todos.

Então, vocês vão me desculpar, mas sou tiete mesmo e vou tietar. Havia três mulheres que eu amo, que eu tive o prazer de conhecer, a Damares e duas surdas, a Priscila e a Karin Strobel. Elas estavam ajudando, porque participaram nesse projeto, e, se essas três estão na linha de frente, e tenho certeza que ele vai ser um sucesso. Então, está aqui o jogo e estamos à disposição para fazer oficinas, para criar librar específico, para o que vocês precisarem da gente. A Uemg é uma universidade pública, portanto acho que faz parte das minhas atribuições trabalhar com a comunidade. A Vivi está ali embaixo, fácil ali, é só vocês irem falar com ela, está bem? Obrigada!

O presidente – Muito obrigado, Rita, pela sua explanação e pelo belo trabalho que desenvolve. Gostaria de dar a palavra, agora, ao caro colega Exmo. deputado Professor Irineu.

Palavras do Deputado Professor Irineu

Uma boa tarde a todos e todas. Cumprimento o Exmo. deputado Zé Guilherme, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, também neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Agostinho Patrus; a Sra. presidente da Federação Mineira Desportiva dos Surdos e da Congregação dos Deficientes Auditivos de BH, Diana Sazano de Souza Kyoen; a Sra. coordenadora do Setor Social da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, Laís Cristiane Monteiro Drumond; Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, representando a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais; a Sra. coordenadora do Centro de Estudos em Design e Tecnologia da Uemg, Rita de Castro Engler, as senhoras e os senhores.

Em primeiro lugar, gostaria muito de cumprimentar o meu nobre colega Zé Guilherme e não só parabenizar, mas deixar, aqui, o meu reconhecimento, Zé, por essa ação, por essa atitude sua, de abraçar uma causa tão importante no Estado de Minas Gerais, que é trazer as pessoas para dentro desta Casa, pessoas que têm uma certa dificuldade e que hoje estão, aqui, sendo reconhecidas, valorizadas e mostrando sua verdadeira importância. Parabéns, mesmo, por esse requerimento, pelo seu projeto de lei, pelo movimento que fez, aqui, há poucos dias, quando estiveram, aqui, com a gente e também tive a oportunidade de estar lá. Digo, de maneira muito sincera, que estou muito feliz por ter sido convidado, por estar aqui neste momento tão importante desta tarde de sexta-feira, comemorando, aqui, o aniversário.

Hoje, pela manhã, comemoramos o aniversário do turismo, uma data importante para o País, uma data importante para o Estado, o Dia do Turismo, o Dia do Turismólogo, de pessoas que vão nos ajudar, com certeza, a desenvolver o Estado de Minas Gerais através do turismo e da gastronomia. Quero parabenizar todos os representantes das entidades que representam os surdos e, de maneira muito especial, cumprimento os colegas educadores da Escola Estadual Francisco Sales. É gratificante, emocionante ver vocês aqui, nesse trabalho tão bonito com essa juventude, com esses adolescentes; é tão lindo e certamente requer muita dedicação,

muita perseverança e boa vontade, muita interação para poder mudar a vida das pessoas. Nós, que somos da educação, temos a certeza que só vamos conseguir transformar qualquer coisa neste país, neste estado através da escola, através da educação. Então, parabéns, mesmo. Fica aqui o meu voto de gratidão e o de reconhecimento também a cada um de vocês, que, nesta tarde, está trazendo os alunos para um momento destes, tão importante para eles e para a cidadania. Quero parabenizar todos os representantes dos surdos e mudos e dizer que contem com esta Casa. Aqui, vocês já têm o mais importante, que é o deputado que abraçou a causa de vocês. De maneira muito especial, contem comigo; por ser um deputado da educação, sei da importância de tudo isso. Acho que essas ações precisam ser mais divulgadas, mais difundidas, sobretudo no âmbito do poder público, para que ele entenda que precisamos ter, cada vez mais, políticas que representem as minorias, que defendam os interesses das minorias e que ajudem, beneficiem e possam fazer com que a inclusão saia do papel e aconteça de fato. É disso que nós precisamos.

Muito obrigado a cada um de vocês. Muito obrigado, deputado. Espero que a gente tenha realmente uma tarde de muita luz, de muita paz. Uma boa tarde a todos!

Palavras do Presidente

Boa tarde, colega deputado, comunidade surda e demais apoiadores da causa. No dia 10, fiz uso da tribuna deste Plenário para falar do Setembro Azul, mês em que se prestam homenagens aos surdos, em razão da comemoração de três grandes datas: o Dia Internacional da Língua de Sinais, que foi celebrado no dia 10; o Dia Nacional dos Surdos, comemorado no dia 26; e o Dia Internacional dos Surdos, comemorado no dia 30, fechando o Setembro Azul. Com a equipe do meu gabinete, organizamos ações para que essas datas que representam a batalha diária da comunidade surda por reconhecimento e inclusão sejam lembradas. No dia 11, alunos da Escola Estadual Francisco Sales distribuíram *bottons* em forma de mãos na cor azul para vários deputados da Assembleia. As mãos representam a comunicação da sociedade surda, o meio pela qual ela se expressa e utiliza a língua brasileira de sinais. O azul é uma cor que representa a luta dos surdos no decorrer da história; azul era a cor escolhida pelo regime nazista para marcar e discriminar o surdo dentre os demais, e hoje é o símbolo dessa resistência. Pedimos que os deputados usassem os *bottons* sempre que pudessem durante este mês, dando visibilidade à causa, proporcionando reflexão e conscientização sobre a inclusão e a presença dos surdos no ambiente profissional e nos demais setores da nossa sociedade.

Ontem, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia realizou uma visita à Escola Estadual Francisco Sales, instituição que é referência em Minas na formação escolar para alunos surdos com ou sem deficiências associadas e conta com uma excelente equipe de profissionais multidisciplinares para que o aluno tenha condições de aprender e de se preparar dignamente para exercer a sua cidadania. O propósito da visita foi conhecer de perto a realidade da escola e verificar o que funciona e o que precisa melhorar, para então replicarmos o modelo da maneira mais satisfatória em outras instituições.

A educação transforma realidades, é a forma de ascensão social, cultural, econômica, profissional, e por isso precisamos investir, cuidar e fiscalizar para que todos, independente da condição, possam ter acesso de qualidade. Pensando nisso, coloquei em tramitação o Projeto de Lei nº 919/2019, que autoriza o Poder Executivo a criar escolas bilíngues em Libras e Português no nosso estado. Essa é uma maneira de garantir que os surdos sejam atendidos adequadamente, com todas as adaptações no ensino e estruturas necessárias ao aprendizado e ao convívio social amplo.

Hoje estamos aqui para prestar a merecida homenagem às entidades que representam os surdos: a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis; a Federação Mineira Desportiva dos Surdos – FMDS; a Associação dos Surdos de Minas Gerais – ASMG; a Sociedade dos Surdos de Belo Horizonte – SSBH; a Congregação dos Deficientes Auditivos de BH – Codab; a Escola Estadual Francisco Sales; e a Pastoral do Surdo. Essas entidades estão representando todas as associações e escolas que acolhem e lutam diariamente pelos surdos do nosso país.

De acordo com o censo realizado pelo IBGE em 2010, 9,7 milhões de pessoas, cerca de 5% da população, têm deficiência auditiva. Esse número certamente cresceu e comprova o quão grande é o universo de pessoas que precisam da nossa atenção.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos acaba de receber, nos Estados Unidos, o prêmio Reimagine Education 2018. A instituição brasileira concorreu com o projeto de curso online de pedagogia bilíngue, conquistando o 1º lugar na categoria Educação Híbrida, na categoria de cursos que misturam as modalidades online e presencial. O Instituto Nacional de Educação de Surdos ofertou 390 vagas, entre os polos situados nas instituições de educação superior parceiras, para o curso de graduação em pedagogia bilíngue e licenciatura em 2019. Segundo dados do Ines, o número de instituições de ensino superior com alunos deficientes auditivos matriculados no Brasil entre 2010 e 2015 cresceu 20,76%; no mesmo período, houve um crescimento de 35% da presença de alunos surdos em todas as instituições de ensino. No ensino superior, também tivemos o crescimento da presença de alunos surdocegos, aumentando de 34 para 48 alunos. Esse crescimento é reflexo de diversas políticas públicas formuladas para os surdos nas últimas décadas.

Apesar disso, ainda há muito o que fazer. Segundo dados do Instituto Nacional de Educação de Surdos, enquanto 89,9% da população geral, com 5 anos ou mais, é alfabetizada, apenas 75,5% dos deficientes auditivos também o são; apenas 7, das 59 universidades federais brasileiras, oferecem cursos de graduação em Libras; apenas 3% dos professores que lecionam aulas de Libras na educação básica têm graduação na modalidade, além de formação em pedagogia ou licenciatura.

A movimentação da sociedade civil forçou mudanças nas políticas públicas, e a lei evoluiu bastante nos últimos anos – e esse movimento não pode parar. Como representante da população do Estado de Minas Gerais, pretendo fazer a minha parte e tudo que estiver ao meu alcance para dar mais garantias aos surdos. Fico muito feliz pela presença de todos e reitero o que já disse antes: podem contar comigo. Obrigado.

O presidente – Gostaria de passar a palavra agora a um grande defensor da causa do SUS, da pessoa com deficiência e principalmente das doenças raras, o deputado federal Marcelo Aro.

Palavras do Deputado Federal Marcelo Aro

Oi, tudo bom? Boa tarde a todos. Primeiro quero falar da minha alegria de estar na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, agradecer o convite feito pelo deputado Zé Guilherme, que preside este evento tão honroso para todos nós, e parabenizá-lo pelo trabalho que tem feito pelas pessoas surdas no nosso Estado de Minas Gerais. Também quero agradecer, pela presença, à Sra. presidente da Federação Mineira Desportiva dos Surdos e da Congregação dos Deficientes Auditivos de BH, Diana Sazano de Souza; à Sra. coordenadora do Setor Social da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, Láis Cristiane Monteiro Drumond; ao Exmo. deputado Professor Irineu; ao Exmo. defensor público, Luis Renato Braga Arêas Pinheiro, representando a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais; à Sra. coordenadora do Centro de Estudos em Design e Tecnologia da Uemg, Rita de Castro; e também ao Sr. coordenador especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Wesley Barbosa.

Quero falar para vocês da minha alegria de estar aqui, hoje, neste dia tão feliz e marcante para as pessoas surdas do Estado de Minas Gerais. Lembro-me de quando esse trabalho começou há muitos anos. Quando me tornei vereador, em Belo Horizonte, mais precisamente no ano de 2012, um dos meus primeiros projetos, na câmara municipal, foi apresentar o projeto de educação bilíngue a ser inserido na rede de ensino municipal, um projeto que foi polêmico na câmara e pelo qual lutamos; e hoje vejo o deputado Zé Guilherme fazendo o mesmo na Assembleia do Estado de Minas Gerais, mas numa proporção muito maior. É um projeto que já foi aprovado aqui, na Comissão de Constituição e Justiça; que agora, acredito eu, seguirá para análise do Plenário, para que possam então aprová-lo; e que será um divisor de águas para a vida de todas as nossas crianças e todas as pessoas surdas do Estado de Minas Gerais. É importante, e gostaria de partilhar com vocês um pouquinho do motivo de estarmos aqui e um pouquinho da nossa história até chegarmos aqui. Não podemos nos esquecer da nossa origem para que possamos caminhar seguindo em frente e continuar pleiteando mudanças e políticas públicas melhores para essas pessoas.

Primeiro quero dizer que estamos aqui para comemorar três datas: o Dia Internacional da Língua de Sinais, o dia 10 de setembro; o Dia Nacional dos Surdos, o dia 26 de setembro, ou seja, o dia de hoje; e também o Dia Internacional dos Surdos, o dia 30 de setembro.

Hoje existem aproximadamente 10 milhões de pessoas surdas no Brasil, o que equivale a 5% da população do nosso país. É muita gente. Precisamos urgentemente olhar para essas pessoas e tratar a surdez de maneira séria, como ela merece. Precisamos urgentemente tratar de políticas públicas para as pessoas surdas. É muita gente. Vocês de lembram, na época da campanha eleitoral, quando os candidatos iam para a televisão, candidatos a presidente e a governador, falar que, no Brasil, quase 14 milhões de pessoas estavam desempregadas? Todos se assustavam porque é um número muito grande, não é verdade? Mas, gente, existe quase o mesmo número de pessoas surdas no País, e para elas também deveríamos ter a mesma atenção, o mesmo olhar e a mesma responsabilidade ao debater e trazer o assunto para a pauta, para a mesa de debates, para propor mudanças e melhorias. E olha que as nossas conquistas são recentes.

É importante a gente lembrar que, até 1857, ou seja, há 162 anos, as pessoas surdas eram consideradas pessoas que você não educava, elas estavam fora da educação. Não havia uma educação para elas, e 162 anos é muito pouco tempo, ou seja, um tempo logo ali atrás. Apenas no ano de 1857, quando Dom Pedro II convocou o Prof. Edward para vir para o Brasil, foi que começamos a tratar da educação para as pessoas surdas. Foi quando ele fundou o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, que depois se tornou o Instituto Nacional de Educação dos Surdos. Foi para educar todos os surdos? Sim ou não? O que vocês acham? A resposta é “não” porque, naquela época, eram só os homens. As mulheres ainda estavam fora da educação. Não havia educação para elas, para essas mulheres surdas. Essa conquista das mulheres surdas, nós só a tivemos no século XX; só nos anos de 1900 conseguimos então incluir a educação para as mulheres surdas no nosso país, com a fundação do Instituto Santa Teresinha, em São Paulo. Então só muito recentemente que conseguimos falar de educação para mulheres surdas.

Hoje, mais de um século e meio depois de quando se inaugurou essa escola – Dom Pedro II, em 1857 –, muita coisa mudou. A gente evoluiu muito, mas ainda temos muito para evoluir, não é verdade? Vencemos a proibição que havia para o uso de línguas de sinais porque isso era proibido no ano de 1880, de maneira errônea, com o fundamento de que a leitura labial seria mais adequada – mas nós vencemos, os surdos venceram e sobreviveram às políticas eugenistas de extermínio dos regimes totalitários do pré e pós Segunda Guerra Mundial. Apenas em 2002, há 17 anos, a Libras foi oficialmente reconhecida como língua oficial do Brasil, ou seja, uma conquista de 17 anos atrás.

É bem verdade que, em 2017, também avançamos quando nos deparamos com o título da redação escolhida pelo Enem que falava das pessoas com surdez, o que jogou luz para o tema. Foi uma outra conquista, mas precisamos, como disse, de muito mais. Sabem por quê? É porque ainda existe uma evasão severa de alunos com deficiência auditiva das nossas escolas, gente. Entre 2011 e 2016, cerca de 15% dos alunos surdos matriculados em escolas deixaram as instituições. É muita gente. E por que isso acontece? Acontece pelo despreparo, pela falta de capacitação dos profissionais. Falta metodologia correta, falta tratar o tema com a seriedade que lhe é devida. Também sabemos que existe uma grande dificuldade, e isso estimula a evasão das pessoas surdas da escola: a dificuldade de as pessoas surdas se comunicarem com as pessoas não surdas. Não é verdade? Isso é um estímulo para que a pessoa surda saia da escola.

Contudo, para resolver isso, como eu disse, nós temos o Projeto de Lei nº 919/2019, de autoria do deputado Zé Guilherme, que soluciona esse problema porque coloca a educação bilíngue nas escolas; os nossos jovens aprenderão a falar também na língua dos sinais e se comunicarão com as nossas crianças surdas. Isso, sim, é inclusão de verdade, isso, sim, é participar solidariamente uns dos problemas dos outros. E o que nos move como sociedade é exatamente isso: é nos preocuparmos uns com os outros, é ajudarmos uns aos outros, é acolhermos, é entendermos as nossas diferenças, e é isso que esse projeto do deputado Zé Guilherme faz e muda no nosso estado. Tenho a certeza de que, uma vez aprovado esse projeto, muitas outras conquistas vão se aproximar.

Quero dizer, para terminar minhas palavras, que tenho a certeza de que agora estamos no caminho certo. Temos aqui uma representação, uma voz das pessoas surdas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Com certeza, se dermos as mãos, conseguiremos muitas outras conquistas. Quais? Vamos discutir, vamos priorizar, vamos elencar e vamos travar uma a uma.

Eu também tenho vários projetos na Câmara dos Deputados que tratam da acessibilidade, da pessoa surda. Estamos discutindo, mas tudo em Brasília é mais lento. Tudo lá parece que é moroso, mas não vamos desistir. Vamos continuar no pé. Tenho a certeza de que, juntos, Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, poderemos dar, sim, esse avanço que as pessoas com surdez no nosso Estado tanto merecem.

Termino aqui parabenizando o deputado Zé Guilherme, que, em primeiro lugar é meu pai, então merece todo o meu carinho e minha confiança, não é verdade? Em segundo lugar, que me perdoem os demais os deputados, trabalhar como o deputado Zé Guilherme é difícil. Acho que é o deputado que mais trabalha nesta Casa e que ama essa causa; trabalha dia e noite pela pessoa com surdez. Ele tem ido às comunidades, ele conversa e procura saber como pode melhorar. Esse é o caminho certo: o representante que está perto do povo representado-o e que, realmente, luta pelos interesses dos que lhe confiaram o voto.

Então, parabéns, deputado Zé Guilherme. V. Exa., de fato, é um orgulho para o Estado de Minas Gerais. Continue firme nesse trabalho, que as pessoas com surdez merecem. Tenho a certeza de que lá na frente olharemos para trás e iremos reconhecer tudo o que está sendo feito. Iremos ver que, de fato, a sua eleição foi um divisor de águas na vida das pessoas surdas do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado. Fiquem com Deus e até a próxima.

Entrega de Placas

O locutor – Neste momento, o deputado Zé Guilherme, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus, fará a entrega de placas aos homenageados. Convidamos a vir à frente: Diana Sazano de Souza Kyosen, presidente da Federação Mineira Desportiva dos Surdos e da Congregação dos Deficientes Auditivos de BH; Laís Cristiane Monteiro Drumond, coordenadora do setor social da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; Jorge Luiz Pongeluppe, presidente da Sociedade dos Surdos de Belo Horizonte; Flávio Jock Alberti, diretor-presidente da Associação dos Surdos de Minas Gerais; Pe. Wagner Douglas Gomes de Souza, cura do Curato Nossa Senhora do Silêncio, representando a Pastoral do Surdo; e Marcelo Brito, diretor Escola Estadual Francisco Sales. As placas a serem entregues contêm os seguintes dizeres: “A democracia se efetiva de muitas formas. A possibilidade de comunicação é fundamental para que esse sistema político tome lugar de forma legítima e, da mesma forma, a existência de meios de combate à exclusão social é de suma importância para que haja ampla participação na escolha dos rumos da vida em comunidade. O Dia Mundial da Língua de Sinais, 23 de setembro, e o Dia Nacional dos Surdos, 26 de setembro, simbolizam a reafirmação desses valores e a rememoração das conquistas feitas em nome da nobre causa da inclusão. É com satisfação que a Assembleia de Minas, por ocasião do Dia Mundial da Língua de Sinais e do Dia Nacional dos Surdos, homenageia as entidades que assumiram a missão de representar as pessoas surdas”.

– Procede-se à entrega das placas.

Palavras da Sra. Diana Sazano de Souza Kyosen

Boa tarde a todas as autoridades e ao deputado Zé Guilherme, principalmente. Sou presidente da Federação Desportiva dos Surdos. Fico muito feliz por ter sido convidada pelo deputado. Há 37 anos a sociedade, que represento, existe. Ela tem 19 entidades. Ela é a maior entidade do Brasil, mas infelizmente nós não recebemos verbas da Secretaria de Esportes de Minas Gerais. Venho aqui pedir essa ajuda ao senhor deputado, para resolver essa situação, porque temos muitas dificuldades para fazer todo o patrocínio, a arbitragem, tudo que há na federação. Estou muito feliz com o deputado.

O deputado Zé Guilherme realmente tem essa empatia conosco, essa sensibilidade com o surdo. Então, nós precisamos, realmente, reconhecer essa luta pela criação da lei da escola bilíngue. Estamos com você. Estou aqui para falar isso, e a federação

também. Há alguns atletas que já podem ser incluídos, eles já são professores de educação física. Eles podem estar inclusos nessa escola bilíngue para ensinar aos surdos, às crianças surdas, a fim de melhorar a saúde e o rendimento delas.

Eu venho aqui pedir encarecidamente aos deputados aqui presentes e aos demais deputados que me ajudem em relação à consecução de bolsas também, porque Minas não tem bolsas; tem somente para os paraolímpicos. Estou muito feliz com o Dia Nacional dos Surdos. Agradeço a vocês.

– A convidada profere discurso, por meio intérprete de Libras.

Palavras da Sra. Laís Cristiane Monteiro Drumond

Tudo bem com vocês, ouvintes?

A minha voz, vocês percebem... Há muitos anos, há muito tempo, realmente eu tinha esse sofrimento para oralizar, com essa obrigação. Como ela falou, essa luta já tem 14 anos. Há essa liberdade para a gente usar a língua de sinais, que é muito importante. Essa oralidade... Vocês não sabem o que eu sofri realmente. Então, na verdade, é muito difícil na sociedade. Nós temos muitas dificuldades, muitas barreiras. Então, às vezes, não entendo o que acontece. Não é fácil.

Vocês pensam o quê? Por exemplo, eu falo “bom dia, boa tarde, boa noite, oi”. Eu não consigo falar; eu não estou boa; eu não sou uma pessoa social. Eu preciso de liberdade na minha alma. Às vezes, a minha alma sofre com isso. Eu tenho um sofrimento muito grande até hoje.

Agora eu tenho trabalhado na Feneis, no setor social, e já tenho atendimento com mil pessoas diversas. Há 100 atendimentos que faltam, porque 900 pessoas ainda não conseguem trabalhar, não conseguem apoiar. Então a Feneis tem sido realmente esse incentivo na educação, na consciência, na língua de sinais. Então, vocês, do Francisco Sales, que gracinha, vocês, as crianças. Estou muito orgulhosa de vocês terem vindo aqui, cantar o Hino Nacional. Vocês estão aprendendo, vocês estão se desenvolvendo, vocês estão percebendo como eu era. A Feneis está aí para ajudar vocês, surdos.

Vocês sabem que as famílias de surdos... Quando os surdos se casam, vocês percebem como é a vida deles. Então, parabéns para todos os surdos. Gostaria de parabenizar os deputados, principalmente o deputado Zé Guilherme. Parabéns por ter vindo aqui.

São várias as cidades, em Minas Gerais, que estão nos vendo; estamos sendo filmados. Um abraço para todos os surdos de todas as cidades. Parabéns! Vim representar a Feneis. Obrigada.

– A convidada profere discurso, por meio intérprete de Libras.

O presidente – Obrigado. Antes de proferir as palavras do nosso presidente, deputado Agostinho Patrus, gostaria de conceder a palavra ao nosso defensor público, Luis Renato. Por favor, Luis.

Palavras do Sr. Luis Renato Braga Areas Pinheiro

Boa tarde a todos e a todos! Cumprimento todas as autoridades da Mesa, na pessoa do deputado Zé Guilherme, a quem parabenizo pela atuação em defesa do direito da pessoa com deficiência nesta Assembleia. Como ele mesmo expressou para mim, a atuação dele na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, foi uma surpresa na época da composição, mas ficamos muito felizes com o trabalho desenvolvido. Acho que há coisas que são para serem assim e acontecem para a felicidade de todos.

A minha palavra aqui vai ser curta, porque estamos num evento comemorativo, mas gostaria de fazer referência a um seminário a que fui há duas semanas em que estiveram como palestrantes o Prof. Mike e a Profª. Roberta. Eles estão ali no final do auditório. Peço para levantarem, por favor. Nesse seminário, deputado, algumas questões foram levantadas, exatamente sobre a necessidade da escola bilíngue e a necessidade de termos professores surdos, tanto para a matéria de Libras quanto para outras. Temos de romper o paradigma de haver representantes dessas pessoas, e elas representarem essa causa por si mesmas. Por isso louvo a atuação aqui de todas as instituições representativas.

Hoje trago uma novidade fresquinha, de hoje de manhã. Estávamos num evento – e aí, Marcelo, da Escola Francisco Sales, digo isso diretamente para você, porque você participou dessa luta da comissão há muitos anos – na Procuradoria da Fazenda Nacional, com as seguintes instituições do sistema de Justiça, deputado: Ministério Público Estadual, Defensoria Pública do Estado, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Nacional, Tribunal de Justiça e a fiscalização do antigo Ministério do Trabalho, que agora faz parte do Ministério da Economia – a parte da fiscalização executiva do Trabalho. Aí, Marcelo, conseguimos alinhar. Hoje, com muita felicidade, informo a todos que o fórum de discussão e ações do direito da pessoa com deficiência poderá agora abranger as duas esferas: estadual e federal. A Defensoria Pública da União também estava presente. Esqueci-me da minha colega de atuação. Então, poderá abranger as duas esferas do direito da pessoa com deficiência.

Em breve devemos marcar um novo encontro, em forma, talvez, de audiência pública, para tiramos as comissões e conseguirmos acessar os direitos da pessoa com deficiência em todos os seus aspectos, especialmente na parte da saúde, da educação e do trabalho nessas duas esferas. Já conto com a atuação da Assembleia Legislativa.

A ideia desse fórum é que ele seja composto por todos essas autoridades do sistema de Justiça, do Legislativo e do Executivo, mas, principalmente das pessoas com deficiência, das suas associações representativas e de todos os envolvidos para que os direitos das pessoas com deficiência sejam respeitados, e respeitados com amor, respeitados não na imposição fria da lei, mas que todos estejam envolvidos nas soluções desses direitos a serem implementados.

Agradeço muito a oportunidade e a quebra de protocolo para falar. Não poderia deixar de fazer esse anúncio oficial aqui e colocar para vocês uma palavra. Cada vez mais, exerçam esse protagonismo da luta que é de vocês. Vocês têm condições de falar por vocês mesmos. Qualquer autoridade pública, gestor, defensor, promotor, juiz, deputado, procurador, enfim, qualquer um tem o dever de empoderá-los para que vocês possam, por si mesmos, contribuir para a sociedade e fazer parte da história, que só vocês conseguem trilhar. Muito obrigado.

O presidente – Bom, gente. Isso aqui demonstra a força do trabalho. O defensor Luis é um defensor ferrenho também da causa das pessoas com deficiência. Já fizemos várias reuniões, várias ações em conjunto. A notícia que ele traz aqui hoje, neste momento, é auspiciosa. Ela é de suma importância nessa nossa luta. Isso demonstra que, com pessoas empenhadas em desenvolver uma atividade e defender a causa, os resultados aparecem. É muito importante o que o nobre colega Luis acaba de dizer; as notícias que acaba de nos dar são muito importantes. Parabéns, parabéns! É isso que, cada vez mais, encoraja-nos, dá-nos força para seguir adiante e lutar pelas pessoas com deficiência.

O locutor – Com a palavra, o deputado Zé Guilherme, representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus.

Palavras do Presidente

Vou ler agora o discurso que o nosso presidente encaminhou para esta solenidade. (- Lê:) “A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao disponibilizar em seu site informações sobre as políticas públicas do Estado e a atuação do parlamentar mineiro, destaca que uma questão é central quando falamos dos direitos da pessoa com deficiência. Trata-se do exercício pleno de sua cidadania e da certeza de uma vida digna, sem nenhum tratamento discriminatório negativo nem abusivo de qualquer natureza.

Nesse sentido, o Dia Mundial da Língua de Sinais e o Dia Nacional do Surdo são uma dupla oportunidade para homenagear as entidades que representam esse contingente da população. De saída, cabe registrar a imperiosa necessidade do Estado e dos municípios de cuidarem da saúde, da assistência pública e das garantias das pessoas com deficiência auditiva.

Entre tantos, um passo importante para efetivar a inclusão social desse público foi a Lei 10.379, de 1991, que reconhece oficialmente a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – Libras – como meio de comunicação objetiva e de uso corrente no Estado.

Outro avanço foi a instalação, no Legislativo Estadual, da Comissão permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, um fórum específico para analisar proposições e assuntos relacionados com as políticas que incluem as pessoas com surdez. A comissão tem discutido temas relevantes, como a necessidade de contar com intérpretes de Libras em órgãos públicos. Um exemplo de município que vivencia essa necessidade é Itabira, cidade que conta com considerável número de pessoas jovens com deficiência auditiva.

Todas essas conquistas contaram com as instituições que lutaram pela oficialização e a regulamentação da Libras, e que prosseguem na defesa por uma educação de qualidade, pelo direito de acessibilidade a qualquer tipo de informação e à conquista de novas oportunidades no mercado de trabalho para os surdos.

Nosso propósito, ao prestar essa homenagem, é acompanhar o entendimento da Federação Mundial de Surdos, segundo a qual preservar a língua de sinais e a cultura das pessoas surdas é um pré-requisito para a realização dos direitos humanos das pessoas surdas. Igualmente, entendemos o Dia Nacional dos Surdos como uma oportunidade de reflexão sobre os direitos e a inclusão na sociedade das pessoas com essa deficiência, uma inclusão promovida sempre com respeito e com dignidade. Mesmo com essas iniciativas, devemos estar sempre atentos às dificuldades cotidianas que a população com deficiência auditiva encontra e que a impedem de desenvolver plenamente suas potencialidades. Como toda língua, a Libras comporta uma riqueza que abre as portas para uma cultura própria e possibilita aos surdos uma outra forma de experimentar o mundo. É o acesso a essa riqueza e a essa experiência que deve ser sempre defendido, hoje e em todos os dias. Muito obrigado.

Apresentação Artística

O locutor – Assistiremos agora à peça “Barco dos sentimentos”, apresentada por crianças surdas de 8 a 14 anos da Escola Estadual Francisco Sales.

Em nome do deputado Zé Guilherme, aproveitamos o momento para agradecer aos alunos pela participação nesta solenidade. Agradecemos também as intérpretes de Libras Esther Tibúrcio, Núbia Águila e Scarlett Viana.

– Procede-se à apresentação artística.

A Sra. Lucimeire Guimarães – Com isso, como pedagoga do Francisco Sales, queria só deixar uma sementinha aqui em cada coração.

Amor é tudo que um ser humano precisa na vida. A partir do momento em que fazemos com amor as coisas, tudo sai bem-feito. E essas obras são as nossas obras-primas. Então, peço, por gentileza, que todos se levantem, e vamos bater palmas para os nossos alunos que amamos tanto.

Muito obrigada, deputado.

O presidente – Parabéns! Parabéns às crianças! Parabéns à escola! Parabéns, Prof. Marcelo, timoneiro desse barco! Parabéns aos profissionais, às professoras que tratam, com a nossa vice-diretora, com tanto carinho essas crianças! Temos muito a construir.

Gostaria de dizer de uma parceria do deputado federal Marcelo Aro. No domingo haverá um jogo do Campeonato Brasileiro no Estádio Independência. Surdos em campo. As crianças surdas vão entrar no estádio junto com os dois times de futebol para que possamos dar-lhes visibilidade. Estará presente toda a imprensa, e a transmissão que vai para o Brasil inteiro. É isso. Precisamos de ações dessa forma.

Então, domingo, surdos em campo, as crianças surdas vão entrar no estádio com os times de futebol, com camisetas, mostrando o quanto é importante essa divulgação, essa visibilidade.

Parabéns, deputado federal Marcelo Aro! Parabéns, Federação Mineira de Futebol, que encampou essa ideia e que proporcionou esse momento, que será um momento inesquecível, tenho certeza, para as crianças surdas que lá estarão!

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 30, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/8/2019

Às 10h35min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Ulysses Gomes, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Dalmo Ribeiro Silva e Hely Tarquínio (substituindo o deputado Sávio Souza Cruz, por indicação da liderança do BMTH). Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em seguida, a suspende por prazo indeterminado. Às 12h22min, a reunião é reaberta, e se registram as presenças dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Ulysses Gomes e João Magalhães (substituindo o deputado Sávio Souza Cruz, por indicação da liderança do BMTH). Em seguida, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e a votar pareceres de redação final. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2019 e dos Projetos de Lei nºs 5.277, 5.439/2018 e 133, 636 e 837/2019 (relator: deputado Ulysses Gomes), 939, 1.307, 1.444, 1.579 e 2.790/2015 e 4.609/2017 (relator: deputado João Magalhães). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.319/2017, 5.328, 5.330, 5.413, 5.418 e 5.422/2018 e 716, 722, 793, 808 e 872/2019 (relator: deputado João Magalhães) e 658/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2019.

Duarte Bechir, presidente – Doutor Jean Freire – Tito Torres.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/9/2019

Às 15h37min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bartô e Cleitinho Azevedo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bartô, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater os 29 anos do Código de Defesa do Consumidor e dar início a uma mobilização nacional para a aprovação do Projeto de Lei Federal nº 5.196/2013, que acresce Capítulo VIII ao Título I da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor; e parágrafo único ao art. 16 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais. Neste momento o deputado Cleitinho Azevedo retira-se da reunião e comparecem a deputada Celise Laviola (substituindo o deputado Douglas Melo por indicação do líder do Bloco Minas Tem História) e o deputado Elismar Prado. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa a deputada Celise Laviola, representando o presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais – Unale; as Sras. Flávia Birchal de Moura, juíza de direito e coordenadora do Sistema dos Juizados da Comarca de Belo Horizonte; e Regina Sturm,

assessora do Procon Estadual, representando o coordenador do Procon Estadual; e os Srs. Bruno Burgarelli Albergaria Kneipp, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-MG; Felipe Santos Ferreira, assessor jurídico da Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon, representando a coordenadora do Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon BH; Eduardo Schroder, presidente do Fórum dos Procons Mineiros – Juiz de Fora; e Marcelo Rodrigo Barbosa, coordenador-geral da Espaço Cidadania da ALMG. O presidente, na condição de coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Em seguida passa a palavra ao deputado Elismar Prado, coautor do requerimento, para que faça suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.259/2019, da deputada Celise Laviola e dos deputados Bartô e Elismar Prado, em que requerem seja encaminhado à Secretaria Nacional do Consumidor pedido de apoio ao manifesto para a aprovação do Projeto de Lei nº 5.196/2013, que tramita na Câmara dos Deputados;

nº 4.260/2019, da deputada Celise Laviola e dos deputados Bartô e Elismar Prado, em que requerem sejam encaminhados à União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais pedido de apoio ao manifesto em prol da aprovação do Projeto de Lei nº 5.196/2013, que tramita na Câmara dos Deputados, e as notas taquigráficas da 17ª Reunião Ordinária;

nº 4.261/2019, da deputada Celise Laviola e dos deputados Bartô e Elismar Prado, em que requerem seja encaminhado aos Procons das Assembleias Legislativas dos Estados do Rio Grande do Norte, do Espírito Santo, do Ceará e de Roraima pedido de apoio ao manifesto em prol do Projeto de Lei 5.196/2013, que tramita na Câmara dos Deputados;

nº 4.262/2019, da deputada Celise Laviola e dos deputados Bartô e Elismar Prado, em que requerem seja encaminhado à Presidência da Câmara dos Deputados pedido de providências para que o Projeto de Lei nº 5.196/2013 seja colocado em pauta para votação no Plenário da casa;

nº 4.263/2019, da deputada Celise Laviola e dos deputados Bartô e Elismar Prado, em que requerem sejam encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados pedido de apoio ao manifesto em prol da aprovação do Projeto de Lei nº 5.196/2013, que tramita nessa câmara, bem como pedido de providências para que o referido projeto seja colocado em pauta para votação na comissão;

nº 4.264/2019, da deputada Celise Laviola e dos deputados Bartô e Elismar Prado, em que requerem sejam encaminhados ao deputado federal Luizão Goulart, relator do Projeto de Lei nº 5.196/2013, pedido de providências para que o referido projeto seja pautado com celeridade na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e pedido de apoio ao manifesto em prol da aprovação da proposição;

nº 4.265/2019, da deputada Celise Laviola e dos deputados Bartô e Elismar Prado, em que requerem seja encaminhado a todos os deputados federais pedido de apoio ao manifesto pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.196/2013, que tramita na Câmara dos Deputados;

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2019.

Bartô, presidente – Cleitinho Azevedo – Elismar Prado.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 17/9/2019

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Zé Reis, Charles Santos, Guilherme da Cunha, Betão (substituindo a deputada Ana Paula Siqueira, por indicação da liderança do BDL) e Coronel Sandro (substituindo o deputado Bruno Engler, por indicação da liderança do BLP), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Felipe Ferraz Braga, presidente da Câmara Municipal de Turvolândia, publicado no *Diário do Legislativo* em 12/9/2019. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.064 e 1.065, no 1º turno, e 1.072/2019, em turno único (deputada Ana Paula Siqueira); 1.042 e 1.073, no 1º turno, 1.056 e 1.080/2019, em turno único (deputado Bruno Engler); 1.068 e 1.082, no 1º turno, e 1.060/2019, em turno único (deputada Celise Laviola); 1.061, no 1º turno, 1.063 e 1.066/2019, em turno único (deputado Charles Santos); 999, 1.058, 1.075 e 1.076, no 1º turno, e 1.079/2019, em turno único (deputado Dalmo Ribeiro Silva); Projeto de Lei nºs 1.069 e 1.071/2019, no 1º turno, Projeto de Lei Complementar nº 18/2019, no 1º turno, e Projeto de Lei nº 1.059/2019, em turno único (deputado Guilherme da Cunha); e Projetos de Lei nºs 1.030, 1.074, no 1º turno, e 1.057/2019, em turno único (deputado Zé Reis). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 4.042/2017 (relator: deputado Charles Santos) e 4.044/2017 (relator: deputado Guilherme da Cunha) são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Zé Reis, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 1.464/2015 e 5.054/2018 (relatora: deputada Celise Laviola), 876/2019 (relator: deputado Guilherme da Cunha) e 444/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva); pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 dos Projetos de Lei nºs 794/2015 e 4.112/2017 (relator: deputado Bruno Engler), 1.900/2015 e 753/2019 (relator: deputado Zé Reis), e 654/2019 (relatora: deputada Celise Laviola); e pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1 dos Projetos de Lei nºs 4.869/2017 e 1.015/2019 (relator: deputado Guilherme da Cunha) e 489/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 3.881/2016 e 750/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva) e 689/2019 (relator: deputado Charles Santos) deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores. São baixados em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, os Projetos de Lei nºs 4.227/2017 (relatora: deputada Celise Laviola) à Secretaria de Estado de Saúde, 233/2019 (relator: deputado Guilherme da Cunha) ao autor e 1.007/2019 (relator: deputado Zé Reis) à Secretaria de Estado de Governo. Na fase de discussão dos respectivos projetos, o presidente defere o pedido de vista do deputado Betão dos seguintes pareceres: pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade dos Projetos de Lei nºs 1.860/2015 (relator: deputado Bruno Engler) e 2.649/2015 (relator: deputado Charles Santos); e pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 do Projeto de Lei nº 94/2019 (relator: deputado Guilherme da Cunha). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação são aprovados os seguintes pareceres: pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 374/2019 e 747/2019 (relator: deputado Dalmo Ribeiro Silva), 676/2019 e 1.034/2019 (relator: deputado Charles Santos), 1.005/2019 (relator: deputado Guilherme da Cunha) e 1.056/2019 (relator: deputado Bruno Engler). Os Projetos de Lei nºs 992/2019 (relator: deputado Guilherme da Cunha), 1.037/2019 e 1.060/2019 (relatora: deputada Celise Laviola) e 1.080/2019 (relator: deputado Bruno Engler) são baixados em diligência aos autores, a requerimento dos respectivos relatores. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente – Zé Reis – Bruno Engler – Celise Laviola – Charles Santos – Guilherme da Cunha – André Quintão.

**ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 24/9/2019**

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a ação de educação para o trânsito, que completa 30 anos, promovida pelo Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER-MG – considerando seu impacto na política de segurança pública do Estado, e proceder à entrega dos votos de congratulações com a Sra. Rosely Fantoni pela coordenação das ações de prevenção no trânsito do DEER-MG. Comunica também o recebimento de ofício da Sra. Cleusa Bernadeth Lara Corrêa, secretária municipal de gabinete da Prefeitura Municipal de Betim, publicado no *Diário do Legislativo* em 13/9/2019. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 1.464/2015, no 1º turno (deputado Delegado Heli Grilo), Projeto de Lei nº 654/2019, no 1º turno (deputado João Leite), e Projeto de Lei nº 704/2015, no 1º turno (deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Rosely Fantoni, coordenadora da Educação para o Trânsito do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais; Amanda de Menezes Curty, delegada coordenadora de Educação de Trânsito de Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais – Detran-MG; e Janaina Passos de Paula, da Diretoria de Vigilância de Condições Crônicas; e os Srs. Anderson Tavares Abras, diretor de Fiscalização do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG, representando o secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade; Maj. BM Moisés Magalhães de Sousa, chefe da 3ª Seção do Estado-Maior, representando o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Ten.-Cel. Gibran Condé Guedes, chefe do Estado-Maior do Comando de Policiamento Rodoviário da Polícia Militar de Minas Gerais; e Marcelo Lopes Ribeiro, diretor assistencial da Rede Fhemig. A presidência concede a palavra ao deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Neste momento, registra-se a presença do deputado Léo Portela. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.399/2019, do deputado Coronel Sandro, em que requer seja realizada visita à família do Cb. PM Sergio Ricardo Silvério Cavalcanti, em Ibitité, para lhe prestar solidariedade após o assassinato do policial, que tinha apenas 35 anos de idade, e foi alvejado com vários disparos no Bairro Vista Alegre, nesse município;

nº 4.404/2019, dos deputados Zé Reis, Delegado Heli Grilo e Duarte Bechir, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 802/2019, que dispõe sobre o Plantão Digital da Polícia Civil de Minas Gerais e dá outras providências;

nº 4.446/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Léo Portela, em que requerem seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais pedido de informações sobre o número de veículos registrados, por tipo – esclarecendo-se, especialmente, o número de motocicletas – e o número de carteiras nacionais de habilitação expedidas, por categoria, no Estado, a

fim de se conhecerem, de maneira precisa, eventuais disparidades existentes entre esses quantitativos para que se possa atuar para contribuir com a melhoria das condições de educação e segurança no trânsito no Estado;

nº 4.448/2019, dos deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Léo Portela, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio a Pablo Emmanuel Gonzaga Coelho, professor da rede estadual de ensino, pela postagem realizada em seu *facebook*, por meio da qual comemora o assassinato do policial militar Sérgio Ricardo Silvério Cavalcanti, morto em 16/9/2019, no Município de Ibirité.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – João Magalhães – Delegado Heli Grilo.

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/9/2019

Às 11h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Coronel Sandro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Retira-se do recinto o deputado Delegado Heli Grilo, e o deputado Coronel Sandro passa a substituí-lo por indicação da liderança do Bloco BLP. O presidente comunica o recebimento de ofício do Sr. Vinicius Rodrigues de Oliveira Santos, coronel do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais, publicado no *Diário do Legislativo* em 20/9/2019. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 654/2019 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. O Projeto de Lei nº 704//2015 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Delegado Heli Grilo, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.813/2017 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projetos de Lei nº 897/2019 (relator: deputado Delegado Heli Grilo), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.733, 2.735, 2.738 e 2.865/2019. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite – Coronel Sandro – Hely Tarquínio.

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/9/2019

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos e Beatriz Cerqueira (substituindo a deputada Andréia de Jesus, por indicação da liderança do BDL) e o deputado Doutor Jean Freire, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Marquinho Lemos. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria

constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Rita de Cássia Barroso, conselheira tutelar (13/9/2019), e do Sr. Atilio Antônio Belote, chefe de gabinete da Prefeitura de Contagem (13/9/2019). A presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 5.054/2018, no 1º turno, do qual designou como relatora a deputada Celise Laviola, e avoca a relatoria da visita à Delegacia de Atendimento à Mulher de Sabará, ocorrida em 19/9/2019. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 3.644/2016 (relatora: deputada Marília Campos). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 4.462/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a importância das delegacias especializadas de atendimento às mulheres e das redes de enfrentamento às violências, bem como apresentar um balanço das atividades realizadas pela comissão, que comemora um ano de sua instalação. Em seguida, são aprovados relatórios das seguintes visitas: à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Vespasiano, realizada em 29/8/2019, e à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Nova Lima, realizada em 30/8/19, que seguem publicados após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos e desconvoca a reunião extraordinária de amanhã, 26/9, às 14h30min. Comunica, ainda, que as reuniões ordinárias passarão a ser realizadas às quintas-feiras, no horário de 10h30min, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de setembro de 2019.

Marília Campos, presidente.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Local visitado: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Vespasiano

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 2.100/2019, de autoria da deputada Marília Campos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 29/8/2019, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Vespasiano, localizada na Rua Modestino Fonseca Cota, 369, Bairro Jardim Itaú, para conhecer sua estrutura e seu funcionamento.

Participou da visita a deputada Marília Campos, acompanhada de Marcelo Mandel, delegado regional de Vespasiano; Nilo Costa Junior, inspetor da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG; Hermes da Silva Neto, inspetor da Deam; Francielly Queiroz, delegada substituta da Deam; Gilson Rodrigues, chefe do 3º Departamento da PCMG; Camila Soares, escrivã da Deam; Luciene Maria Fonseca, vereadora da Câmara Municipal de Vespasiano; Irmão Josué, vereador da Câmara Municipal de Vespasiano; Nayara Rocha Perdigão Lara, secretária Municipal de Desenvolvimento Social de Vespasiano; Rondinélia Pereira Carvalho, do programa Mediação de Conflitos; Eduarda Castro Soares e Patrícia Rodrigues Guimarães, da OAB de Vespasiano; Adriana Alves Lara, ativista e ex-vereadora da Câmara Municipal de Vespasiano; Suelen Mansur, da Prefeitura de Vespasiano; Denise Pereira, da Pastoral Carcerária; Bernadete Monteiro, assessora da deputada Beatriz Cerqueira; Lorena Luiza Chagas Lemos, Daniela Tiffany e Hamilton Reis, assessores da deputada Marília Campos; Roseli Fonseca, Thercia Faria, Elaine Moares e Wesley Silva Gualberto, assessores da vereadora Luciene Maria Fonseca; Tania Maria Colares, da sociedade civil; Aduana, Rosa Costa, Santuza Fonseca e Cássia Oliveira, moradoras de Vespasiano.

Relato

Inicialmente, a deputada Marília Campos esclareceu aos presentes que o objetivo da visita era conhecer o funcionamento e a estrutura da Deam de Vespasiano. A parlamentar explicou que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher elegeu como pauta principal, neste ano, a luta contra o feminicídio e que as visitas às delegacias de mulheres da região metropolitana fazem parte das várias ações que estão sendo realizadas. As visitas objetivam verificar o funcionamento dos equipamentos e as políticas e ações que podem ser implementadas com vistas a contribuir para a redução dos casos de feminicídio. Por fim, destacou que o índice de feminicídios está cada vez maior e que é necessário promover debates para enfrentar esse problema.

O inspetor Hermes da Silva Neto apresentou as dependências da delegacia à deputada e demais visitantes. Informou que a delegacia funciona em uma casa alugada pela Prefeitura de Vespasiano. A estrutura é composta por uma recepção com brinquedoteca, um cartório, uma inspetoria, a sala da delegada, uma cozinha e um banheiro. Segundo ele, a unidade, criada em 2000, foi transferida para o atual endereço há um ano e conta hoje com uma delegada substituta, um inspetor, dois investigadores e uma escrivã, estando a delegada titular de licença maternidade, um dos investigadores de licença médica e o outro de férias. Contou que além da falta de efetivo, a delegacia precisa de materiais e equipamentos básicos para a realização dos trabalhos, como viaturas descaracterizadas. Ponderou que, apesar do reduzido número de servidores, eles se empenham para realizar o trabalho da melhor maneira possível, acolhendo as vítimas e solicitando as medidas protetivas com a urgência necessária.

Explicou que a delegacia atende exclusivamente casos de violência doméstica e sexual e que o expediente é de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 12 horas e das 14 horas às 18h30min. À noite e nos finais de semana, as vítimas precisam se dirigir ao plantão, em uma delegacia instalada no Bairro Morro Alto, mas, segundo ele, as mulheres preferem esperar para serem atendidas na delegacia especializada, a não ser em situações emergenciais. Contou que o atendimento do Instituto Médico Legal é realizado na delegacia regional, que conta com plantão e quatro médicos legistas, que se revezam.

Ao ser indagado pela deputada Marília Campos, Marcelo Mandel, delegado regional de Vespasiano, informou que há, atualmente, mil inquéritos em tramitação e 1,5 mil investigações – diligências preliminares – em andamento. Reconheceu o *déficit* de efetivo e relatou que uma das prioridades da corporação é designar ao menos mais um investigador para a delegacia, mas frisou que o efetivo ideal seria de, pelo menos, mais quatro investigadores e um escrivão, além de profissionais de apoio administrativo. Explicou que está ocorrendo uma municipalização da segurança pública. Os prefeitos estão fazendo parcerias com a Polícia Civil e, além de alugar imóveis para instalação das delegacias, estão cedendo servidores públicos para auxiliarem com o trabalho administrativo, como telefonistas e recepcionistas.

Ao ser questionada pela deputada Marília Campos, a escrivã Camila Soares informou que são recebidas, por mês, cerca de 40 denúncias presenciais e 160 por telefone. Disse ainda que, em 2018, foram solicitadas 480 medidas protetivas e que neste ano, até agora, já houve 284 solicitações. Informou também que o juiz da 2ª Vara Criminal da Comarca de Vespasiano é muito atuante e preza pela concessão rápida das medidas protetivas e ainda encaminha os casos mais urgentes para acompanhamento da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD. Frisou que, como única escrivã, monta todos os processos e não consegue atender a demanda a contento. E explicou que todos os processos estão iniciados, mas são priorizados para andamento os casos mais urgentes e reiterados.

A secretária Municipal de Desenvolvimento Social de Vespasiano, Nayara Rocha Perdigão Lara, informou que a sede da delegacia mudou de local no início do ano e que foram priorizadas para a escolha da nova sede a localização e a infraestrutura. Salientou que a secretaria, apesar das dificuldades, tem estruturado a rede de enfrentamento à violência contra a mulher em Vespasiano. Ressaltou o trabalho conjunto de prevenção e repressão, que envolve a realização de atividades nas escolas com visitas rotineiras, por meio de uma equipe composta de uma psicóloga e duas assistentes sociais, seminários sobre o tema e os programas de mediação de conflitos e de acompanhamento de agressores. Além disso, destacou que conseguiram da PMMG a implantação da

PPVD no município, que atua em conjunto com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas – e conta, atualmente, com uma sargento, um cabo e uma soldado. Informou ainda que o Conselho Municipal da Mulher se reúne uma vez por mês, que nas reuniões são discutidas ações e medidas relacionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher e que, geralmente, participam representantes da PCMG, PMMG, Ministério Público, Defensoria Pública, além da sociedade civil organizada. A divulgação dos encontros ocorre por meio do site da prefeitura.

Gilson Rodrigues, chefe do 3º Departamento da PCMG, frisou a importância do programa Mediação de Conflitos, programa estadual que tem parceria com a prefeitura. Além disso, declarou que seria interessante que todo escrivão tivesse um auxiliar para a realização dos trabalhos burocráticos, o que contribuiria para o melhor fluxo do trabalho.

A deputada Marília Campos concordou com Gilson Rodrigues sobre a importância do programa Mediação de Conflitos e informou que está tramitando na ALMG o Projeto de Lei nº 4.813/2017, de sua autoria, que objetiva instituir a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, transformando, assim, os programas em políticas de Estado, de forma a manter sua continuidade mesmo após trocas de governo.

Francielly Queiroz, delegada substituta da Deam, explicou que acumula o comando da delegacia especializada com o de outras duas unidades, entre as quais uma de homicídios, que tem alta demanda. Indagada pela deputada Marília Campos sobre os casos de feminicídios tentados e consumados neste ano, a delegada informou que houve registro de dois casos de feminicídios tentados, que já foram concluídos e devidamente encaminhados, e nenhum caso de feminicídio consumado. Questionada por Bernadete Monteiro sobre a dificuldade em se caracterizar o feminicídio, a delegada informou que não há dificuldades, já que o investigador é capacitado para perceber os indícios desse tipo de crime.

Ao ser questionado por Bernadete Monteiro sobre a escassez de servidores, o delegado regional Marcelo Mandel informou que essa escassez já está formalmente documentada e só pode ser suprida com a realização de concurso público. Informou que possivelmente receberão, em outubro, delegados do último concurso. Contou que, como não há curso específico para capacitação dos servidores para identificação de feminicídios, procura manter os servidores antigos sem movimentação para não acarretar prejuízos relacionados ao conhecimento técnico e prático.

A vereadora Luciene Maria Fonseca, da Câmara Municipal de Vespasiano, agradeceu à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher pela pauta prioritária de combate às violências contra as mulheres. Lembrou da violência física que sofreu dentro do plenário da Câmara Municipal em 2017 e disse que reuniu forças para enfrentar a situação, sem sentir medo nem vergonha. Ressaltou a importância de as mulheres se encorajarem e denunciarem seus agressores. Além disso, propôs que a delegacia de mulheres do município atenda todos os casos de violência contra a mulher, não só os de âmbito doméstico e familiar, para que casos como o dela possam ser denunciados nessa delegacia.

A deputada Marília Campos ressaltou que foi criado, por meio da Lei nº 23.144, de 2018, de sua autoria, o Dia Estadual de Combate ao Feminicídio, com o objetivo de estabelecer um marco para ampliar a visibilidade do tema, assim como dar oportunidade para que sejam promovidas ações para difundir o combate ao feminicídio. Neste ano a data marcou o lançamento oficial de um concurso estadual de redação sobre o tema “A importância da educação na prevenção à violência contra a mulher e ao feminicídio”.

Tania Maria Colares, moradora de Vespasiano, ficou surpresa com a rede de proteção à mulher do município e lamentou o reduzido número de servidores na delegacia. Frisou a importância de se abordar, nas escolas, o tema da violência doméstica, da necessidade de empoderar a mulher, bem como do fortalecimento da rede de proteção da mulher após a denúncia, já que muitas vezes elas são dependentes economicamente dos parceiros.

Cássia Oliveira, moradora de Vespasiano, lamentou a violência sofrida pela vereadora em 2017 e destacou a necessidade de se combater o machismo por meio da educação. Sugeriu a realização de concurso de redação no município nos mesmos moldes do que está acontecendo na rede estadual, como informou a deputada.

Denise Pereira, que trabalha na Pastoral Carcerária há mais de sete anos, denunciou que, após o Presídio de Vespasiano ter se transformado em presídio exclusivamente feminino, há aproximadamente três meses, a pastoral ainda não teve acesso aos pavilhões para verificar relatos de superlotação.

Rondinélia Pereira Carvalho, do programa Mediação de Conflitos, denunciou que o serviço 181 Disque Denúncia não está funcionando adequadamente.

Adriana Alves Lara, ativista e ex-vereadora do Município de Vespasiano, ponderou que a rede de proteção às mulheres não deveria ser no Conselho Municipal da Mulher. De acordo com ela, um lugar específico daria mais liberdade para as mulheres e poderia ser um centro de acolhimento para, inclusive, fortalecer a vítima para seguir com a denúncia. Destacou a importância da capacitação dos servidores que atendem as mulheres vítimas de violência e sugeriu o uso da justiça restaurativa como estratégia para atuação nos casos de violência doméstica, pois, de acordo com ela, só punir não é a solução.

Nayara Rocha Perdigão Lara informou que a Prefeitura realiza treinamento com professores sobre a violência doméstica e eles ficam responsáveis por discutir a temática com os alunos. Explicou que, após a denúncia, as mulheres são acompanhadas pelo Creas e que há instituições conveniadas para abrigá-las. A deputada Marília Campos sugeriu a criação de um centro de apoio à mulher, nos moldes do Benvinda, do Município de Belo Horizonte, que busca acolher e promover ações de fortalecimento das mulheres.

O vereador Irmão Josué parabenizou a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher por colocar a temática da violência contra a mulher em foco e concordou com a fala da presidenta da comissão sobre a necessidade da criação de um projeto semelhante ao Benvinda no município. Reforçou a importância da capacitação dos servidores que atuam com as mulheres vítimas de violência, inclusive de servidores da área da saúde para que tenham condições de identificar os casos de agressões.

Ao final da visita, a deputada Marília Campos informou que a comissão publicará um documento com os relatórios de todas as visitas realizadas pela comissão às delegacias de mulheres da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esse documento será entregue ao Executivo, em audiência pública na ALMG, quando serão cobradas providências para a melhoria de estruturas e equipamentos, bem como para a recomposição do quadro de pessoal. Por fim, destacou que a luta é por mais recursos para o fortalecimento das delegacias especializadas, que possuem muita demanda e poucos servidores.

Conclusão

A comissão cumpriu a finalidade da visita, tendo obtido esclarecimentos acerca do funcionamento e da estrutura da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Vespasiano.

Em decorrência da visita, foram apresentados os seguintes requerimentos, aprovados na 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em 11/9/2017:

Requerimento em Comissão nº 4.235/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o funcionamento do serviço do Disque Denúncia 181, tendo em vista denúncia de seu funcionamento deficiente, apresentada em visita da comissão à Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher de Vespasiano, em 29/8/2019.

Requerimento em Comissão nº 4.233/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita ao presídio feminino de Vespasiano, nesse município, para verificar as condições de encarceramento das detentas.

Requerimento em Comissão nº 4.232/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Vespasiano pedido de providências para a criação de um grupo de Alcoólicos Anônimos no Bairro Morro Alto.

Requerimento em Comissão nº 4.231/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Vespasiano pedido de providências para a criação de um centro de referência da mulher no município, com vistas a acolher as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Requerimento em Comissão nº 4.230/2019, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre a alteração de funcionamento do presídio de Vespasiano que concentrou a população carcerária feminina.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2019.

Marília Campos, relatora.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Local visitado: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Nova Lima

Apresentação

Em atendimento ao Requerimento de Comissão nº 2.102/2019, da deputada Marília Campos, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher visitou, em 30/8/2019, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Nova Lima, para conhecer sua estrutura e funcionamento.

Participou da visita a deputada Marília Campos, acompanhada de Valéria Decat de Moura Resende, delegada regional da 2ª Delegacia Regional da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG; Karina Resende Oliveira Vorcaro, delegada de Polícia que responde pela Deam de Nova Lima; Lincoln Sette Câmara Simões, escrivão de Polícia da PCMG; Patrícia Magela Simões, escrivã de Polícia da PCMG; Tiago Lucas Teixeira, investigador de Polícia da PCMG; Jacqueline Campos Machado David, investigadora de Polícia da PCMG; Juliana Miranda de Souza, investigadora de Polícia da PCMG; Diego Garzon Henrique, secretário de Desenvolvimento Social e Políticas Públicas da Prefeitura Municipal de Nova Lima – PMNL; Janaína Araújo Dias Barbosa, diretora do Departamento de Direitos da Cidadania da PMNL; Raphael Henrique Pereira, integrante da Coordenadoria de Diversidade Sexual da PMNL; Tom Nascimento, integrante da Coordenadoria de Igualdade Racial da PMNL; Angélica Fortes, da Coordenadoria de Políticas para a Pessoa com Deficiência da PMNL; Fátima Christianne Prezote, presidente do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres – Comdim – da PMNL; Elisângela Cruz, secretária executiva do Comdim; Carla Veloso, integrante do Comdim; Ramon Mascarenhas, integrante do Centro de Referência da Mulher da PMNL; Magda Buzetti Campos, integrante da Coordenadoria da Mulher de Nova Lima; Bernadete Esperança Monteiro, assessora da deputada Beatriz Cerqueira; Daniela Tiffany Prado de Carvalho, assessora da deputada Marília Campos; Douglas Felipe Santana e Gabriela Regina de Faria, assessores do Sr. Flávio de Almeida, vereador da Câmara Municipal de Nova Lima; e Valtecir Costa, chefe de gabinete do vereador Flávio de Almeida.

Relato

A deputada Marília Campos esclareceu que o objetivo da visita é conhecer o funcionamento e a estrutura da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Nova Lima. A parlamentar informou que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher escolheu a luta contra o feminicídio como ponto central da agenda de 2019. Explicou que as visitas às delegacias especializadas de atendimento à mulher constituem parte das ações desempenhadas pela comissão para conhecer o problema, especialmente porque é nesses espaços que as mulheres são primeiramente atendidas. A deputada ponderou que, dos 853 municípios do Estado, apenas 62 possuem delegacias especializadas de atendimento à mulher, mas nem todas possuem delegadas ou delegados exclusivos.

A comissão foi recepcionada pela delegada regional Valéria Decat de Moura Resende, chefe da 2ª Delegacia Regional de Polícia Civil, com sede em Nova Lima. Segundo a delegada, no mesmo prédio onde funciona a Deam de Nova Lima, que é responsável pelas ocorrências de violência contra a mulher em Nova Lima, Raposos e Rio Acima, também funciona a 1ª Delegacia de Polícia Civil de Nova Lima. Explicou que, desde maio de 2016, a delegada de Polícia Karina Resende Oliveira Vorcaro responde pelas duas unidades.

Em seguida, devido ao grande número de presentes na visita, todos foram encaminhados para uma área localizada no andar inferior do prédio. Nesse momento, a delegada de Polícia Karina Resende Oliveira Vorcaro apresentou algumas informações acerca da Deam de Nova Lima: como dito, a Deam divide a estrutura física com a 1ª Delegacia de Polícia Civil de Nova Lima, que possui atribuição de investigação de crimes diversos, como homicídios e tráfico de drogas; reconheceu que o mais adequado seria que a Deam possuísse uma autoridade policial exclusiva para atender as mulheres em situação de violência; as duas delegacias contam com um quadro de dois escrivães e seis investigadores de Polícia, estando um investigador de licença médica por ter quebrado o pé durante uma operação policial; essa cumulação de espaço físico e de servidores acaba por prejudicar as atividades; afirmou que a demanda de trabalho da Deam é enorme; por mês, em média, 50 medidas protetivas são solicitadas ao Poder Judiciário, 60 inquéritos policiais são instaurados, 30 guias de exame de corpo de delito são emitidas e 22 prisões em flagrante são realizadas; sob sua responsabilidade tramitam 1.500 inquéritos policiais nas duas delegacias; mesmo com o acúmulo de trabalho e a deficiência de servidores, nenhuma mulher deixa de ser atendida e, se for necessário, a medida protetiva é solicitada ao Poder Judiciário no mesmo dia do atendimento; a delegacia registrou dois feminicídios em 2019; as ocorrências de lesão corporal e ameaça constituem a maioria dos casos que aportam na delegacia; como a unidade policial funciona apenas nos dias de semana, ocorrências policiais nos finais de semana são encaminhadas à Central de Flagrantes da Polícia Civil em Belo Horizonte, localizada no Barreiro; a unidade possui excelente relação com a rede de proteção de mulheres do Município de Nova Lima, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública; a delegacia tem o apoio da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica – PPVD – da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, que, no município, conta com dois policiais militares, que são muito bons e cooperativos; um cômodo da delegacia está sendo reformado para atender, com privacidade, mulheres vítimas de crimes sexuais, o qual, além de possuir entrada exclusiva, que evita que a vítima tenha que passar por dentro das duas delegacias, contará com mobiliário adequado e estrutura mais acolhedora; por fim, disse ser necessário, além de designação de autoridade policial exclusiva para a Deam, reforço no número de policiais civis.

Diego Garzon, secretário de Desenvolvimento Social e Políticas Públicas da Prefeitura Municipal de Nova Lima – PMNL –, ressaltou que o Executivo municipal tem realizado um intenso trabalho para fortalecer a rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Afirmou que foi lançado no mesmo dia da visita um edital público para a implementação da casa de passagem feminina, estrutura pública que, quando implementada, receberá mulheres em situação de rua e de violência. Afirmou que o município enviou projeto de lei à Câmara de Vereadores de Nova Lima propondo a criação de um benefício assistencial denominado aluguel social, que será destinado às mulheres em situação de violência. Segundo ele, esse benefício complementará outro que já existe em Nova Lima, o Vida Nova, que é uma espécie de Bolsa Família. Assim, além de dar às mulheres condições de se manterem, o objetivo é garantir um local seguro para elas viverem temporariamente. Afirmou ainda que o município pretende fortalecer as políticas de prevenção por meio de parceria com o Instituto Mineiro de Saúde Mental e Social – Instituto Albam.

Angélica Fortes, da Coordenadoria de Políticas para a Pessoa com Deficiência da PMNL, observou que o prédio onde funcionam as duas delegacias não possui acessibilidade para pessoas com deficiência física, pois tem muitas escadas. Ela perguntou aos policiais civis se havia na unidade algum profissional para auxiliar na comunicação de pessoas com deficiência na fala ou auditiva. O investigador de Polícia Tiago Lucas Teixeira afirmou que, em casos específicos, devido à falta de acessibilidade para pessoas com deficiência física na unidade policial, os próprios policiais civis deslocam-se à residência da pessoa para coleta de declarações. Quanto aos profissionais para auxiliar na comunicação de pessoas com deficiência na fala ou auditiva, relatou que a

unidade não possui esse tipo de profissional, mas que em apenas um caso isso foi necessário, e contaram com a ajuda de uma Igreja Batista próxima à delegacia.

Fátima Christianne Prezote, presidente do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres – Comdim – da PMNL, ressaltou a importância do funcionamento integrado da rede de proteção das mulheres que atualmente existe no Município de Nova Lima. Segundo ela, a integração é total entre todos os atores, o que colabora para o enfrentamento pleno da violência contra a mulher no município.

Ao final da visita, a deputada Marília Campos ponderou que somente com o fortalecimento das políticas públicas será possível romper o ciclo da violência contra as mulheres. A deputada informou que propôs uma emenda parlamentar, no valor de R\$300.000,00, destinada à melhoria da estrutura das Deams do Estado. Por fim, a parlamentar convidou os presentes na visita para um evento, a ser agendado pela ALMG, em que se dará publicidade aos relatórios das visitas que a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher tem realizado.

Conclusão

A comissão cumpriu a finalidade da visita, tendo obtido esclarecimentos acerca do funcionamento e da estrutura da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Nova Lima.

Em sua decorrência, foram aprovados, posteriormente, requerimentos com o seguinte teor: pedido de providências¹ à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública para designar uma delegada de Polícia para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Nova Lima, haja vista que atualmente a delegacia se encontra sem delegada titular; pedido de providências² à Prefeitura Municipal de Nova Lima para implementar, de maneira específica, ações direcionadas à conscientização de agressores que pratiquem atos de violência contra as mulheres.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2019.

Marília Campos, relatora.

¹Requerimento em Comissão nº 4.228/2019, aprovado na 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em 11/9/2019.

²Requerimento em Comissão nº 4.226/2019, aprovado na 17ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, realizada em 11/9/2019.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 88ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/10/2019

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 18/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que assegura às mulheres com elevado risco de desenvolver câncer de mama o acesso ao teste de mapeamento genético pelo Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. A Comissão dos Direitos da Mulher opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 563/2015, da deputada Rosângela Reis, que institui o Programa Estadual de Capacitação e Qualificação Social e Profissional – PEQ-MG – e dá outras providências. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.813/2017, da deputada Marília Campos, que institui a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.072/2015, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a comunicação em operação que envolva o emprego de explosivos e seus acessórios. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.553/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Arcos o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.325/2018, do deputado João Vítor Xavier, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Cavallhada Nossa Senhora de Nazareth, realizada no Distrito de Morro Vermelho, no Município de Caeté. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.475/2018, da Comissão de Direitos Humanos, que altera o art. 2º da Lei nº 18.315, de 6 de agosto de 2009, que estabelece diretrizes para a formulação da Política Estadual Habitacional de Interesse Social – Pehis – (Acrescenta inciso XI ao art. 2º da Lei nº 18.315/2009, estabelecendo prioridade para o desenvolvimento de programas habitacionais para pessoa em situação de rua). A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 481/2019, do deputado Betão, que torna obrigatória a afixação de placa ou cartaz nos cartórios de registro do Estado informando sobre os atos de sua competência sujeitos a gratuidade. A Comissão de Justiça

conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 542/2019, do deputado Zé Reis, que dispõe sobre a isenção de pagamento de pedágio dos veículos a serviço dos consórcios públicos intermunicipais do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 600/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, que obriga hotéis e demais meios de hospedagem a comunicarem ao cliente, no ato da reserva, os preços das diárias, serviços inclusos e taxas adicionais relacionadas aos serviços e produtos oferecidos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 679/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado a Rádio Inconfidência AM, bem como sua programação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 906/2019, do deputado Mauro Tramonte, que altera a Lei nº 14.349, de 15 de julho de 2002, que dispõe sobre a proibição do uso de pipas com linha cortante em áreas públicas e comuns e dá outras providências (Altera art. 1º e art. 2º, proibindo substâncias usadas em fabricação de linha cortante e aumentando valor de multas). A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.069/2019, do deputado João Magalhães, que dispõe sobre a renegociação da dívida do Estado com os municípios mineiros mediante dação em pagamento de bens imóveis. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Administração Pública, de Assuntos Municipais e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 1º/10/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.052/2019, da deputada Delegada Sheila, da deputada Ana Paula Siqueira e do deputado Gustavo Mitre.

No 1º turno: Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2019, do deputado Raul Belém e outros; Projetos de Lei Complementar nºs 6/2015, da deputada Marília Campos; 16/2019, do Tribunal de Justiça; 23/2019, do deputado Carlos Pimenta e outros; Projetos de Lei nºs 2.649/2015, do deputado Isauro Calais; 4.323/2017, do deputado Fábio Avelar de Oliveira; 4.513/2017, do deputado Noraldino Júnior; 5.207/2018, do deputado Cristiano Silveira; 689/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 689/2015, da

deputada Marília Campos; 1.263/2015, do deputado Antonio Carlos Arantes; 1.761/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 1.824/2015, do deputado João Vítor Xavier; 2.228/2015, do deputado Cabo Júlio; 3.520/2016, do deputado Fábio Avelar de Oliveira; 4.008/2017, do deputado Duarte Bechir; 4.044/2017, do deputado Cássio Soares; 4.362/2017, do deputado Gustavo Santana; 5.161/2018, do deputado Fábio Avelar de Oliveira; 5.382/2018, do deputado Sargento Rodrigues; 299/2019, do deputado Marquinho Lemos; 565/2019, do deputado Coronel Sandro; 590/2019, do deputado Gustavo Valadares; 739/2019, do deputado Gustavo Santana; 802/2019, do deputado Delegado Heli Grilo; 823/2019, do deputado Doutor Jean Freire; 966/2019, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 1.022/2019, do Tribunal de Justiça; 1.027/2019, do deputado Fernando Pacheco; 1.040/2019, da deputada Celise Laviola; 1.089/2019, do deputado Agostinho Patrus.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.273/2017, do deputado Paulo Guedes; 766/2019, do deputado Noraldino Júnior; 932/2019, do deputado Doutor Jean Freire; 1.036/2019, do deputado André Quintão; 1.044/2019, do deputado Tadeu Martins Leite; 1.057/2019, do deputado Duarte Bechir; 1.059/2019, do deputado Fernando Pacheco; 1.072/2019, do deputado Léo Portela; 1.094/2019, do deputado Doutor Jean Freire; 1.099/2019, do deputado Doutor Jean Freire; 1.101/2019, do deputado Inácio Franco; 1.104/2019, do deputado Cássio Soares.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 1º/10/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 2.890/2019, da deputada Delegada Sheila; 2.930 a 2.935/2019, do deputado Sargento Rodrigues; 2.939/2019, da deputada Delegada Sheila; 2.942 e 2.943/2019, do deputado Sargento Rodrigues; 2.944 a 2.946/2019, do deputado Bruno Engler; e 2.949/2019, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência de convidados destinada a proceder à entrega do diploma referente a voto de congratulações com o Cb. PM Kerley Tadeu da Silva Jerônimo pelos relevantes serviços prestados ao Batalhão de Choque da Polícia Militar de Minas Gerais, onde atua na linha de frente, não obstante ter tido um de seus pés amputados.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 1º/10/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 16/2019, do Tribunal de Justiça; Projetos de Lei nºs 910/2019, do Procurador-Geral de Justiça; e 1.022/2019, do Tribunal de Justiça.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a situação dos servidores adoecidos, amparados pela Lei Complementar nº 138, de 28 de abril de 2016, considerando-se a necessidade de prorrogação do prazo de licença médica previsto na lei.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 1º/10/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 2.926/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 1º/10/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência de convidados destinada a debater as condições de atendimento aos alunos com deficiência no Estado.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 1º/10/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 1º/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 972/2019, do deputado Léo Portela.

Requerimentos nºs 2.936 e 2.937/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, e 2.950/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 1º/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 1º/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 2.952/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr..

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência de convidados destinada a proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com a Federação Mineira de Judô pelo empenho em viabilizar a participação de grande número de judocas mineiros no Campeonato Brasileiro de Judô; e com a direção e os atletas do projeto social esportivo Avança Judô, de Vespasiano, pelas nove medalhas conquistadas nos Jogos Escolares de Minas Gerais – Jemg – 2019.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 2/10/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ana Paula Siqueira e Celise Laviola e os deputados Zé Reis, Bruno Engler, Charles Santos e Guilherme da Cunha, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/10/2019, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 1º turno do Projeto de Lei Complementar nº 16/2019, do Tribunal de Justiça, do Projeto de Lei Complementar nº 23/2019, do deputado Carlos Pimenta e outros do Projeto de Lei nº 1.022/2019, do Tribunal de Justiça, de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2019.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Osvaldo Lopes, Leonídio Bouças, Raul Belém, Roberto Andrade e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/10/2019, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 16/2019, do Tribunal de Justiça; o parecer sobre emendas ao Projeto de Lei nº 910/2019, do Procurador-Geral de Justiça; e o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.022/2019, do Tribunal de Justiça; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2019.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reuniões Extraordinárias da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Virgílio Guimarães, Braulio Braz, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 1º/10/2019, às 11h30min e às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 23/2019, dos deputados Carlos Pimenta e outros, e do Projeto de Lei nº 1.022/2019, do Tribunal de Justiça, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2019.

Hely Tarquínio, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reuniões Extraordinárias da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, Doutor Jean Freire, Doutor Paulo e Hely Tarquínio, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 1º/10/2019, às 11h45min e às 15h30min, na Sala das

Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º turno do Projeto de Lei Complementar nº 23/2019, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Carlos Pimenta, Doutor Wilson Batista, Betão, Doutor Jean Freire, Doutor Paulo, Hely Tarquínio, Coronel Sandro e Professor Cleiton, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2019.

Carlos Pimenta, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 1º/10/2019, às 13h30min e às 15h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 23/2019, dos deputados Carlos Pimenta e outros, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Osvaldo Lopes, Leonídio Bouças, Raul Belém, Roberto Andrade e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/10/2019, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 80/2018, do Tribunal de Contas; e dos Projetos de Lei nºs 5.498/2018 e 668/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 826/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr.; de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei Complementar nºs 4/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, e 16/2019, do Tribunal de Justiça; o parecer sobre emendas ao Projeto de Lei nº 910/2019, do Procurador-Geral de Justiça; e os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 787/2019, do deputado Noraldino Júnior; 314/2015, do deputado Arlen Santiago; 3.967/2016, do deputado Cristiano Silveira; 4.074/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.112/2017, do deputado Noraldino Júnior; 4.147/2017, do deputado Cássio Soares; 489/2019, do deputado Cássio Soares; 592/2019, do deputado Doutor Jean Freire; 753/2019, do deputado Raul Belém; 822/2019, do deputado Tito Torres; 952/2019, do deputado Cleitinho Azevedo; 1.006/2019, do governador do Estado; e 1.022/2019, do Tribunal de Justiça; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2019.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/10/2019, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 2.890/2019, da deputada Delegada Sheila, 2.930 a 2.935/2019, do deputado Sargento Rodrigues; 2.939/2019, da deputada Delegada Sheila; 2.942 e 2.943/2019, do deputado Sargento Rodrigues; 2.944 a 2.946/2019, do deputado Bruno Engler; e 2.949/2019, do deputado Sargento Rodrigues, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados André Quintão, Gustavo Valadares e Mário Henrique Caixa, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 1º/10/2019, às 16 horas, ao Ipsemg – Hospital Governador Israel Pinheiro, com a finalidade de verificar as condições de trabalho de servidores e pessoal credenciado no que se refere à sobrecarga laboral e à disponibilização de insumos e equipamentos para suas atividades.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2019.

Celinho Sintrocel, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/10/2019, às 19 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações com o Sindicato Único dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG – pelos 40 anos de sua fundação.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidente.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 30/9/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Ana Luíza Tavares Lima, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;

exonerando Christian Eduardo de Souza, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Mitre;

exonerando Marcio José Soares, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;

exonerando Mariane de Oliveira Braga Santos, padrão VL-44, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Mozart Maximo Filho, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Bloco Minas Tem História;

exonerando Rogério Alves de Azevedo, padrão VL-15, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;

nomeando Bruno Oliveira da Costa, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Ulysses Gomes;

nomeando Diego Andrade Silva, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Mitre;

nomeando Juliana Librelon Dias de Castro, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;

nomeando Mozart Maximo Filho, padrão VL-15, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Hely Tarquínio.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 67/2019

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 165/2019

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 14/10/2019, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para o registro de preços para serviços de remoção de piso vinílico existente e assentamento de novo piso vinílico com fornecimento de todos os materiais.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2019.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATAS

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 5.175/2018

Comissão de Constituição e justiça

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 11/9/2019, na pág. 20, na conclusão, no parágrafo único do art. 1º do Substitutivo nº 1, onde se lê:

“destina-se à implantação e funcionamento de serviços públicos municipais”, leia-se:

“destina-se à implantação e funcionamento de unidade da administração municipal”;

e, no art. 3º do referido substitutivo, onde se lê:

“Ficam revogadas as Leis nº 16.648, de 5 de janeiro de 2007, e nº 21.426, de 18 de julho de 2014”, leia-se:

“Fica revogada a Lei nº 16.648, de 5 de janeiro de 2007”.

ATA DA 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/9/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 27/9/2019, na pág. 19, no “Sumário”, onde se lê:

“Oradores Inscritos: Discursos dos deputados André Quintão e Carlos Pimenta e da deputada Beatriz Cerqueira”, leia-se:

“Oradores Inscritos: Discursos dos deputados André Quintão e Carlos Pimenta e da deputada Beatriz Cerqueira; Questão de ordem; homenagem póstuma; discurso da deputada Beatriz Cerqueira.”.

E, na página 28, sob o título “Oradores Inscritos”, após “Os deputados André Quintão e Carlos Pimenta e a deputada Beatriz Cerqueira proferem discursos, que serão publicados em outra edição”, insira-se:

“Questão de Ordem

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, dando continuidade ao debate trazido pelo nosso relator da comissão parlamentar de inquérito, o deputado André Quintão, nós encerramos o trabalho recentemente, e queria convidar todos que estão no Plenário para que nós pudéssemos fazer 1 minuto de silêncio, em respeito às 21 famílias, que, mesmo oito meses depois, não conseguiram enterrar os seus mortos. Ainda não velaram e não enterraram os seus entes queridos, porque eles não foram retirados da lama. Então eu gostaria de convidar todos nós, para que pudéssemos, em memória de todas as famílias, mas, em especial dessas 21, que desde 12h28min, do dia 25 de janeiro, aguardam para velar e enterrar os seus entes queridos. Então que nós pudéssemos prestar essa homenagem em 1 minuto de silêncio em solidariedade a estas famílias.

O presidente – É regimental. A presidência solicita a todos que, de pé, permaneçam em silêncio por 1 minuto.

Homenagem Póstuma

– Procede-se à homenagem póstuma.

– A deputada Beatriz Cerqueira continua a proferir discurso, que será publicado em outra edição.”.

ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 26/9/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 28/9/2019, na pág. 3, sob o título “Apresentação de Proposições”, na PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43/2019, na assinatura, onde se lê:

“Deputado João Leite”, leia-se:

“Deputado João Leite – Antonio Carlos Arantes – Beatriz Cerqueira – Betinho Pinto Coelho – Braulio Braz – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Carlos Henrique – Coronel Sandro – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Gustavo Mítre – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Marília Campos – Professor Wendel Mesquita – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Virgílio Guimarães.”.